

Reajuste de mensalidade pela OTN está proibido. Também não se pode estabelecer margem de lucro superior a 10%.

Educação

Mensalidades: o governo punirá o excesso.

As escolas que reajustarem seus preços em OTN, em lugar de se basearem pela URP, ou fixarem mensalidades com uma margem de lucro superior a 10% serão punidas. Esta foi a forma encontrada pelo Ministério da Educação, após a reunião de ontem com as instituições representantes dos estabelecimentos de ensino privados, para coibir os abusos que estão ocorrendo nos reajustes das mensalidades. Entre as punições previstas, estão a devolução do valor do aumento abusivo ao pai do aluno, corrigido em OTN (prevista no atual decreto nº 95.720, que liberou as mensalidades) e o congelamento das mensalidades da escola que incorreu em abuso (previsto no decreto nº 532/69, que delega a competência do estabelecimento dos reajustes aos conselhos estaduais de educação).

Amplia-se, assim, a capacidade de recurso dos pais e dos alunos. Decidiu-se também, na reunião de ontem, que as reclamações individuais dos pais e até mesmo as denúncias divulgadas pela imprensa serão consideradas. O MEC acatará, ainda, a proposta levada pela Associação das Escolas Particulares de São Paulo, de criar uma central de reclamações em cada uma das suas delegacias estaduais.

O MEC não recebeu, como pedira, os demonstrativos de preços das 35 mil esco-

las particulares. Apenas os estabelecimentos de ensino superior levaram seus demonstrativos, e alguns dos sindicatos estaduais de escolas de primeiro e segundo graus. Não foi cumprida, porém, a ameaça de pedir a revogação do decreto no caso do não-atendimento de sua exigência. O secretário-geral do MEC, Luiz Bandeira, declarou-se satisfeito com as informações que obteve, afirmando que serão "rigorosamente examinadas". Entre estas, há uma relação de escolas de primeiro, segundo e terceiro graus que estariam cometendo infração na cobrança das mensalidades.

O decreto que libera as mensalidades escolares, porém, chegou a ter sua sobrevivência ameaçada. A certa altura da reunião, o secretário-adjunto do MEC, Hélio Mattos, chegou a pregar a sua revogação, referindo-se à forte oposição da opinião pública à liberdade vigiada. "Nós temos uma imprensa ávida em divulgar os abusos", disse Hélio Mattos.

A reunião só começou a caminhar para uma solução de consenso após duas horas de reunião (o encontro começou às 15h30), com a chegada do secretário-geral, Luiz Bandeira, que finalizou a reunião dizendo que a única estratégia para manter o decreto era começar a punir exemplarmente as escolas que abusarem. Agora, o MEC estu-

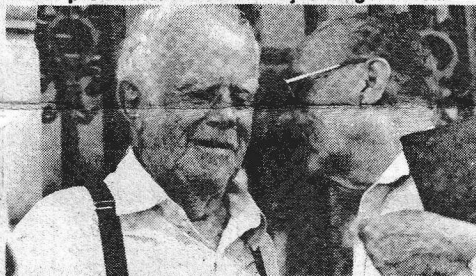
dará a forma de modificar o texto do decreto, de forma a incluir essas novas propostas.

O resultado da reunião agradou "integralmente" ao presidente da Associação das Escolas Particulares paulistas, Luiz Roberto da Silveira, uma vez que o MEC aceitou "todas as alternativas" levadas pelo grupo à reunião. Aliás, antes do encontro com representantes do MEC, integrantes da associação reuniram-se, na hora do almoço, com técnicos do Ministério da Fazenda, quando teriam surgido várias das propostas levadas a Hélio Mattos e Luiz Bandeira. Entre estas, a "desotenzinação" das mensalidades, a possibilidade de reclamações individuais e a criação de centrais de reclamação. A associação representa 46 dentre as principais escolas do Estado de São Paulo.

Já o presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, opinou que a fórmula encontrada, ontem, "é o próprio bom senso". Segundo ele, "como se poderia pensar em revogar um decreto que mal começou a entrar em vigência? O importante era que o decreto passasse mesmo a ser cumprido, punindo os abusos. Vamos para a solução racional: que se cumpra a lei", concluiu Dornas.



Maior problema: a discriminação do governo...



... sempre que há reajuste para o funcionalismo.



O protesto: 500 professores, a maioria do Interior.